

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.451.135 - SP (2019/0043294-7)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **BERENICE MARIA DOS SANTOS NUNES**
ADVOGADO : **EMERSON VILELA DA SILVA - SP178863**
EMBARGADO : **CASA DO PURISSIMO CORACAO DE MARIA**
ADVOGADOS : **MÔNICA ROSA GIMENES DE LIMA E OUTRO(S) - SP117078**
ANTÔNIO MÁRIO PINHEIRO SOBREIRA E OUTRO(S) - SP150047
ROMEU AGOSTINHO SANTOMAURO E OUTRO(S) - SP034016
THAIS LOVETRO GUARNIERI E OUTRO(S) - SP283608
PEDRO CAMPANHA NAKAMOTO - SP404203

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência interpostos contra acórdão da Terceira Turma deste Tribunal Superior que manteve a inadmissibilidade do recurso especial da embargante, ante a ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada. O acórdão está assim ementado (e-STJ fl. 745):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 782):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

Defende a embargante (e-STJ fls. 791/807) a existência de dissenso jurisprudencial entre o aresto embargado e o acórdão da Terceira Turma do STJ prolatado no julgamento do REsp n. 49.979/RS, pois o formal de partilha não seria meio hábil a se reconhecer propriedade. Sustenta também que teria atacado efetivamente todos os fundamentos da decisão que obsteu seu recurso especial na origem.

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que os embargos de divergência são incabíveis quando o acórdão embargado não conheceu do recurso, tendo o o paradigma dado provimento à impugnação. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IR E CSLL. CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA. BASE DE CÁLCULO. DISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. AGRAVO INTERNO DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É pacífica a jurisprudência de que não se configura divergência entre julgados quando

um deles adentra o mérito do recurso, apreciando a questão controvertida, enquanto o outro não conhece do Recurso Especial, deixando de enfrentar a tese meritória, em razão de óbice relacionado à admissibilidade recursal. 2. Isso porque o exame dos requisitos de admissibilidade do Recurso Especial demanda a análise das particularidades de cada caso, circunstância que só revelaria o cabimento dos Embargos de Divergência se as questões tratadas nos acórdãos confrontados fossem absolutamente idênticas, bem como os seus votos condutores. 3. Na hipótese dos autos, a 2a. Turma desta Corte não conheceu do Recurso Especial, sob o fundamento de que o Tribunal de origem analisou em profundidade o contrato de concessão para concluir que a empresa presta serviços e que quaisquer atividades complementares exercidas pela impetrante são meramente subsidiárias à principal, que é a prestação de serviços, concluindo que não há como infirmar o acórdão recorrido, pois a análise da atividade tributada demandaria reexame do objeto contratual, o que é vedado nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

4. Ocorre que não há parâmetro de comparação possível entre os casos confrontados, pois o precedente da 1a. Turma indicado como paradigma apreciou questão diversa, qual seja, prescindibilidade da contemporaneidade dos sintomas da neoplasia maligna para fins de isenção do Imposto de Renda, consignando que, naquele caso, apenas seria necessária a revolação da prova delineada no aresto recorrido para se acolher a pretensão recursal. Logo, os presentes Embargos de Divergência não ultrapassam a barreira de admissibilidade.

5. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

(AgInt nos EREsp n. 1.253.824/RS, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/2/2018, DJe 1º/3/2018.)

A orientação pacífica do STJ entende que os embargos de divergência não servem para discutir o acerto na aplicação da regra técnica de conhecimento do especial, a exemplo da exigência de impugnação específica dos fundamentos para a inadmissibilidade do recurso especial. A esse respeito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO EMBARGADO. SÚMULA Nº 7/STJ. PARADIGMA QUE VERSA SOBRE O MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DISCUSSÃO SOBRE APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ART. 543-C DO CPC. DESCABIMENTO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não se verifica similitude fática a autorizar o conhecimento dos embargos de divergência quando os julgados confrontados não guardam idêntico grau de cognição.

2. É firme a orientação jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que os embargos de divergência não se prestam a discutir o erro ou o acerto do *decisum* quanto à incidência ou não de regra técnica de conhecimento de recurso especial, no caso, do enunciado nº 7 desta Corte.

3. O pedido de sobrestamento do feito até julgamento de recurso especial representativo da controvérsia não tem amparo legal, na medida em que o art. 543-C do Código de Processo Civil autoriza tão somente a suspensão dos recursos especiais nos Tribunais de segunda instância.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EREsp n. 442.743/RS, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 24/9/2014.)

Ademais, conforme decidido pela Corte Especial do STJ, "A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal,

uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais" (EAREsp n. 746.775/PR, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Relator p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018).

Acrescente-se que a recorrente nem sequer juntou aos autos o inteiro teor do paradigma suscitado, o que, outrossim, impede o conhecimento dos embargos de divergência. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO DA QUARTA TURMA. ACÓRDÃO INDICADO PARADIGMA DA SEXTA TURMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 158/STJ. MENÇÃO EN PASSANT DE OUTROS JULGADOS. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO INTEIRO TEOR OU CITAÇÃO DE REPOSITÓRIO OFICIAL. INOBSERVÂNCIA DO § 4.º DO ART. 1.043 DO CPC/2015 E DO ART. 266, § 4.º, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

(AgInt nos EREsp n. 1.542.899/SP, Relatora Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 27/8/2019, DJe 2/9/2019.)

Assim, com fundamento no art. 266-C do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE os embargos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator